

GOLDMAN, Marcio. 2006. Como Funciona a Democracia. Uma teoria etnográfica da política. Rio de Janeiro: 7 Letras. 367 pp.

*Ana Claudia Marques
(USP)*

As considerações com que Marcio Goldman encerra seu longo texto etnográfico sobre a política, tal como a experimentam e põem em prática certos atores do movimento negro de Ilhéus, condensam com muita eficiência a proposta que traz a marca de originalidade de sua abordagem sobre questões tão centrais e debatidas no meio intelectual quanto as formas de realização entre nós – em todo o alcance concebível que o pronome possa promover – da democracia representativa. Refiro-me ao fato de as ações que se definem como políticas se produzirem pelos atores e serem apreendidas pelo antropólogo em articulação a outros componentes de seus “territórios existenciais”, que lhes dão sentidos, limites e condições. Ao invés de terminarmos a leitura com uma explicação mais ou menos convincente das razões dos fracassos e êxitos relativos às reivindicações políticas do movimento negro de Ilhéus, e na medida em que nos permitimos contagiar pela atmosfera complexa que com perceptível empolgação o autor nos procura descrever, nos apercebemos das condições mesmo em que movimento negro, candomblé, blocos afro e política (local, regional e até nacional) ganham e emprestam-se contornos mutuamente. Não que cada uma dessas coisas constituam domínios que se deixam influenciar e modificar reciprocamente. Elas mesmas só se configuraram ao longo do percurso em que se constituem, e não será por acaso que a etnografia nos lança a deslocamentos temporais necessários à percepção dessas configurações atuais.

Mais do que um contexto histórico pontuado de fatos significativos que proporcionariam um (falso) pano de fundo, com seus mergulhos históricos, Goldman procura apontar determinadas ênfases narrativas – versões com que diferentes atores conferem significado ao passado assim como ao presente, que derivam ao mesmo tempo em que os ajudam a formular, sempre provisoriamente, a sua situação política e social, assim como a dos outros. Pois essas diferentes versões são indissociáveis dos pertencimentos sociais de seus formuladores, inclusive, sem dúvida, a do eventual analista externo. Para efeitos da etnografia importam, mais do que qualquer síntese transcendente do significado geral do político, os diferentes, mas muitas vezes indissociáveis e ambíguos sentidos que a cada experiência de

contato com a política podem ser atribuídos aos atos vistos e presumidos, às intenções e motivações declaradas e omitidas, aos alinhamentos mantidos, renovados ou traídos, conforme as vozes dissonantes e as perspectivas díspares de observação e avaliação.

Dessa forma, o livro realiza sua proposta explícita que combina a recusa de explicações extrínsecas, sejam quais forem suas origens – militantes, acadêmicas, jornalísticas – em favor da apreensão de conceptualizações nativas, em termos abstratos e sobretudo em ato (:41). Eis aí, talvez, o princípio metodológico mais geral através do qual o antropólogo pretende, transversalmente, dar conta do ‘ponto de vista nativo’, do qual derivam outros dois procedimentos, ambos de evitação. Primeiro, das formulações de falta, que denotam mais a surpresa do investigador por não encontrar o que esperava do que a deficiência das acepções nativas. Segundo, da depuração dos campos de análise em domínios distintos, em que se distinguem os fatores que contam e os resíduos; ou, posta nos termos do autor, a falsa distinção entre central e periférico. Princípio e procedimentos que se ajustam à disposição de sair em busca da política apenas no modo como ela é vivida, um exercício que não obstante tem alcance muito mais ambicioso de operar deslocamentos no próprio conceito de democracia representativa.

Pode-se dizer que o autor, na esteira de um punhado de outros antropólogos e filósofos citados profusamente no livro, trilha em sentido contrário o percurso moderno de distinção de domínios da vida social e, no interior deles, daquilo que lhes é essencial e accidental. Da mesma forma que as acepções nativas de política por ele apreendidas não se mostram nem formalistas, nem substancialistas (:119), a etnografia revela o esforço de nem se restringir ao que quer que venha a ser definido como da ordem da política, nem estender o caráter político a toda a ordem social. A melhor posição entre esses dois procedimentos interpretativos não é muito simples de achar e possivelmente nessa dificuldade resida parte das motivações do autor para a inclusão de uma massa de dados ou detalhes etnográficos menos relevantes desde o ponto de vista de sua própria ênfase narrativa, se assim se pode formular. Pois, de fato, seu trabalho se junta a todos os esforços mais ou menos recentes no sentido de demonstrar a artificialidade e o comprometimento de todo rendimento analítico – procedimento que permite expor à superfície os pressupostos ideológicos e conceituais aí embutidos – de uma separação da política como um domínio distinto e que não se deve contaminar das influências de outros domínios também distintos do parentesco, étnico, religioso. Por meio dessa etnografia, o leitor se apercebe, por exemplo, de como esses domínios são eles mesmos objetos de permanentes reformulações pragmáticas, a ponto de não se poder afirmar *a priori*, ou por exclusão de outras, qual a esfera de relações atualizada nos diferentes momentos.

O leitor também se aperceberá de curiosas e instigantes inversões com relação aos efeitos poluentes sofridos ou produzidos por cada um desses “domínios” de fronteiras fluidas, tendo por referência, digamos, um senso comum intelectualizado. Somando seus dados aos de outras pesquisas produzidas no âmbito do NuAP (Núcleo de Antropologia da Política), no qual tomou parte, a respeito da relação entre política e família, e estendendo produtivamente a análise também sobre as práticas e relações ligadas ao Candomblé e aos blocos afro, pelas mãos de Goldman compreendemos o poder perturbador de todos os laços que seus nativos (não somente eles e não sem razão) atribuem à política. Apercebemo-nos, inclusive, da pouca eficácia em manterem-nas isentas dessas influências maléficas, pois família, religião, música e dança nada deveriam ter a ver com política, do ‘ponto de vista nativo’, e no entanto têm, exigindo permanentes iniciativas de repurificação da parte dos atores

contaminados. Deparamo-nos assim com um movimento que quase reproduz pelo avesso as práticas que, em vários momentos de sua obra, M. Herzfeld (talvez o autor mais citado na etnografia de Goldman) mostra serem realizadas no âmbito da constituição do Estado-Nação no Ocidente. Delas derivam o enrijecimento prescritivo das fronteiras entre esses “domínios”, a subsunção da diversidade de símbolos e pertencimentos à unidade identitária rigorosa e univocamente definida, uma sobrecodificação que transforma tudo que lhe excede em resíduo, mais ou menos tolerável ou espúrio.

Com Goldman, compreendemos que a semelhança que essa aludida inversão sugere não será assim tão fortuita. Pois a relação entre esses “domínios” se opera em qualquer caso por um princípio de segmentação, que tanto os divide quanto os reúne em diferentes momentos e para diferentes fins, presente em qualquer formação social, embora diversamente gerido em cada uma delas. Fortemente inspirada em M. Herzfeld, Deleuze e Guattari, entre outros, a revisão “desnuerizante” (que talvez esteja presente, ainda que subterraneamente, no próprio Evans-Pritchard), “politzante”, “rizomática” e “processual” – que se opõe à concepção morfológica preponderante – proposta por Goldman a respeito desse tema clássico da antropologia que é a teoria da segmentariedade é talvez a contribuição teórica mais instigante de seu livro. Pois com a extensão do conceito a arranjos sociais no interior do Estado ou do próprio Estado (na esteira da proposta daqueles três autores), motivações da ordem de pertencimentos coletivos que se justapõem, mas não com fronteiras perfeitamente sobrepostas e coincidentes, vêm à tona e se mostram à análise. Através desse procedimento, torna-se possível desprendermo-nos de pressupostos meramente individualistas e interesseiros que equacionam todo alinhamento imprevisto à conduta irregular, de que a política, todos sabemos, não está isenta, mas a que, afinal, talvez não se reduza. Vislumbramos, portanto, que apesar da força com que o Estado tende, conforme seu *modus operandi*, a reduzir e submeter toda sorte de alinhamentos díspares aos seus próprios critérios e finalidades, esses alinhamentos não cessam de se reproduzir e multiplicar, com variados graus de submissão, oposição ou indiferença a tais critérios e finalidades. Dito de outro modo, o contra-Estado reaparece mesmo no interior do próprio Estado. E, não menos importante, um e outro podem aparecer lado a lado, e não somente na condição de indício de resistência, de parte do primeiro, em relação à ação do segundo. Assim, se o modo de atuação do Estado, sobrecodificador, unificador, redutor das diferenças é sobejamente conhecido, por um lado, a sua relação precisa com cada segmento ou coletividade em particular não é, por outro, antecipável.

Com tudo isso se reforça a notável relevância concedida ao papel da etnografia na análise antropológica da política. Por meio dela e subordinados às suas exigências é que os modelos teóricos poderão ser acionados. Mas o projeto tem alcance pleno quando os próprios modelos sofrem deslocamentos orientados pelas evidências reveladas em uma boa etnografia e vêm a contribuir, como formula o autor, para dar inteligibilidade a outros casos que se venham a colocar sob análise. O trabalho de Goldman realiza plenamente esse projeto de produção de uma teoria etnográfica, que é um projeto antropológico por excelência.

Ana Claudia Marques é professora do Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo.

